



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002558-42.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Família**
 Requerente: **Wandercy Aldo Martinelli e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 21/5/14, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível. Eu, João Cosme Berto (Chefe de Seção Judiciário), subscrevi.

Numero de Ordem: 260/13

Vistos, etc.

WANDERCY ALDO MARTINELLI e
MICHELLE DA SILVA VILHALBA, todos devidamente qualificadas nos autos, buscam, via deste procedimento autorização para poder celebrar seu casamento pelo regime da Comunhão Universal de Bens.

Alegaram, em síntese: **1.** Que vivem em união estável há aproximadamente 28 anos e dessa convivência nasceu em julho de 1987 o filho Michel Juliano Martinelli; **2.** Que pretendem contrair matrimônio mas devido a idade do coautor Wandercy (72 anos) o art. 1.641 do Código Civil impõe o regime da Separação Obrigatória; **3.** Que o tempo em que estão juntos afasta qualquer chance de fraude, malícia ou simulação; **4.** Que a imposição do dispositivo legal é inconstitucional.

A inicial veio instruída com documentos de

0002558-42.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

fls. 10/13.

Atendendo a determinação de fls. 18 os requerentes encartaram a documentação de fls. 26/37.

A fls. 44 e 51 vieram os laudos médicos da coautora.

Os requerentes prestaram depoimento em Juízo (*fls. 55/56*).

O Promotor de Justiça manifestou-se a fls. 58/61 concorde com o pedido dos autores.

É O RELATORIO.

DECIDO.

A situação apresentada impõe a despeito do que diz a Lei, o deferimento da súplica.

Os autores, hoje têm 72 e 50 anos, respectivamente.

A regra do art. 1.641, II, do Código Civil fundamenta-se na “proteção do idoso” contra a prática do que popularmente se denomina “golpe do baú”. Ou seja, o Legislador almeja impedir que interesses subalternos, ou pouco escrupulosos, arrastem septuagenários e sexagenários a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

enlaces inconvenientes.

De qualquer maneira a Jurisprudência vem se posicionando majoritariamente pela inconstitucionalidade do dispositivo. A respeito posso citar o decidido no AC nº 007.512-4/2-00 – 2ª CDPriv – j. em 18/8/98 pelo TJSP.

Como se tal não bastasse temos em tramitação no Congresso o Projeto de Lei 2.285/07, iniciado pelo IBDFAM, em que o regime obrigatório da separação é suprimido “em razão de seu caráter discriminatório e atentatório à dignidade dos cônjuges”.

Concluindo: o autor, mesmo maior de setenta anos é plenamente capaz para todos os atos de sua vida civil e provou nos autos que sua relação com a também autora Michelle já dura 28 anos, em típica União Estável.

Assim, afastada qualquer alegação de casamento simulado, de fraude ou de prejuízo financeiro ao septuagenário (*textual de fls. 61*) **deve ser deferido o reclamo.**

Os requerentes ficam autorizados a celebrar seu casamento pelo regime da Comunhão Universal de Bens.

Oportunamente, expeça-se o necessário ALVARÁ, providencie-se a extinção perante a rede executiva do TJ e arquivem-se os autos com as comunicações de praxe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Custas “ex legis”.

P.R.Int.

São Carlos, 03 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**